



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO - Art. 16 da LC 101/00 - LRF

Impacto Orçamentário-Financeiro 29/2025

Base Legal : Projeto de Lei 43/2025

| Evento | Objeto | Quantidade | R\$ Unitário | R\$ Total |
|--------|---|------------|--------------|-----------|
| 1 | Contratação em caráter temporário de Fonoaudiólogo - 16 h | 1 | 3.514,14 | 3.514,14 |

| Referências | Ano de 2025 | Ano de 2026 | Ano de 2027 |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Encargos Patronais RPPS | 30,43% | 30,43% | 30,43% |
| Encargos Patronais RGPS | 21,00% | 21,00% | 21,00% |
| Fator de Reajuste | 0,00% | 4,00% | 3,90% |

Quadro I - Cálculo do Aumento Estimado da Despesa para o período

| Evento | Ano | Regime | Nº meses | Proventos | 13º Salário | 1/3 Férias | Reajuste | Encargos | Total |
|--------|------|--------|----------|-----------|-------------|------------|----------|----------|-----------|
| 1 | 2025 | RGPS | 4 | 14.056,56 | 1.171,38 | 390,46 | 0,00 | 3.279,86 | 18.898,26 |
| | 2026 | RGPS | 8 | 28.113,12 | 2.342,76 | 780,92 | 1.249,47 | 6.822,12 | 39.308,39 |

Quadro II - Medidas de Compensação


| COMPENSAÇÃO | |
|-------------|--|
| | § 2º do artigo 15 da Lei Municipal 1232/2024 - Lei de Diretrizes Orçamentárias -despesa irrelevante cujo montante no evento, não excede a 50 (cinquenta) vezes o menor padrão de vencimentos - R\$ 1.848,76 x 50 = R\$ 92.438,00 |
| x | inciso II artigo 16 da Lei Municipal 1232/2024 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - não se tratar de despesa obrigatória de caráter continuado, ficando dispensada a apresentação de medida compensatória. |

Quadro III - Impacto no percentual da Receita Corrente Líquida

| IMPACTO | Valores |
|--|---------------|
| VII - Receita corrente Líquida em 31/12/2024 | 33.465.182,83 |
| VIII - % da Despesa com pessoal apurado em 31/12/2024 | 32,42% |
| IX=VI/VII*100 - % de incremento no percentual da despesa com pessoal | 0,06% |

A presente despesa está em condições de ser realizada, podendo ser emitido o atestado nos termos do inciso II do art. 16 da LC 101/2000, pois está contemplada no planejamento orçamentário e possui amparo financeiro para a sua criação e/ou expansão, conforme demonstrado acima.

Boa Vista do Sul, 06 de agosto de 2025.


CLÁUDIO LUIS POZZEBON
Contador - CRC 60.785

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Eu, **Patrícia Lúcia Bagatini**, Prefeita Municipal de Boa Vista do Sul, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, na qualidade de Ordenadora de Despesas, e à vista da estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro, DECLARO existir recursos para as despesas demonstradas acima, assim como possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Boa Vista do Sul, 06 de agosto de 2025.


PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI
Prefeita Municipal